



EMPREENDEDORISMO URBANO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ENFOQUE A PARTIR DOS PARQUES NO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO

Juliana Gomes da Silva ¹
Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de produção do espaço urbano do município de Aparecida de Goiânia – GO, enfocando o papel desempenhado pelos parques urbanos na lógica de reprodução do capital. Embora associados à ideia de melhoria na qualidade de vida da população, os parques são apropriados por agentes imobiliários agregando valor ao lugar. Transformados em mercadorias, os parques contribuem para fragmentar a cidade ao valorizar determinados espaços economicamente mais atrativos. Para uma melhor compreensão desse processo, foi realizada pesquisa bibliográfica e consulta em fontes primárias e secundárias em órgãos públicos municipais. Como instrumento metodológico, utilizou-se registros fotográficos dos parques municipais e a elaboração de mapas a partir de *softwares* de georreferenciamento e geoprocessamento de imagens e *shapefiles* disponibilizados pela prefeitura de Aparecida de Goiânia.

Palavras-chave: Parques, Parceria Público-Privado, Empreendedorismo Urbano, Aparecida de Goiânia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the production process of the urban space in the city of Aparecida de Goiânia – GO, focusing on the role played by urban parks in the logic of capital reproduction. Although associated with the idea of improving the population's quality of life, parks are appropriated by real state agents, adding value to the place. Transformed into commodity, parks contribute to fragmenting the city by valuing certain economically more attractive spaces. For a better understanding of this process, a bibliographic research and consultation of primary and secondary sources in municipal public agencies were carried out. As methodological instrument, photographic records of city parks and the elaboration of maps from georeferencing and geoprocessing of images and shapefiles provided by the city of Aparecida de Goiânia were used.

Key-words: Parks, Public-Private Partnership, Urban Entrepreneurship, Aparecida de Goiânia.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG, juliana_silva_gomes@discente.ufg.br;

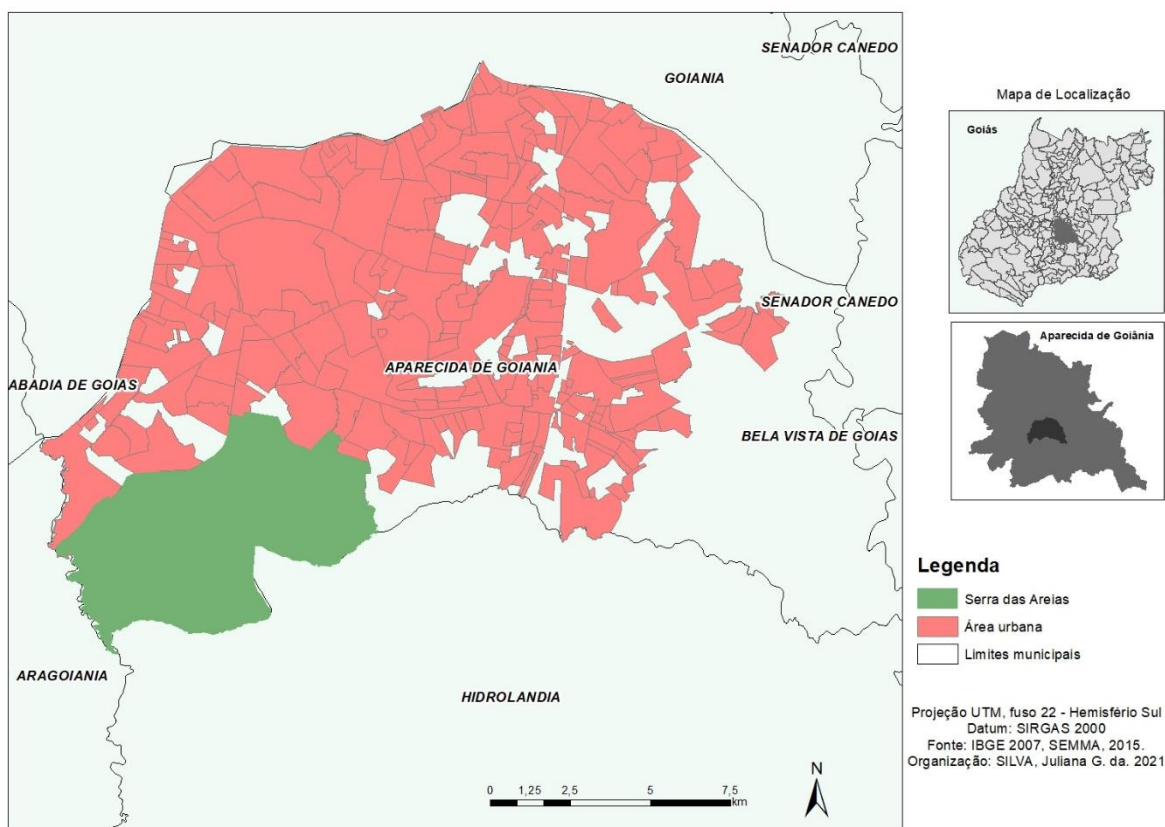
² Professora Doutora do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG, celenemonteiro05@gmail.com.



No imaginário social, os parques urbanos são áreas verdes destinadas ao lazer e, por isso, sinônimo de qualidade de vida. Ao se apropriar desse discurso, a implantação dos parques públicos é divulgada como um bem público coletivo, disponível para toda a população e que tem compromisso com a preservação ambiental. No entanto, como se verifica, no atual contexto, a criação de parques está relacionada à lógica capitalista de produção do espaço, a partir do interesse de diferentes agentes que nele atuam. Os parques, nesse sentido, ao serem instalados em determinados lugares da cidade alteram o preço da terra e passam a fazer parte da oferta dos empreendimentos, sendo por isso “vendidos” como mercadorias (GOMES, 2013) disponíveis para aqueles que por eles podem pagar.

Essa lógica capitalista tem se realizado de forma mais intensa nos últimos anos no município de Aparecida de Goiânia - GO. O município, que faz parte da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), segundo mais populoso do estado de Goiás, vem apresentando elevados índices de desenvolvimento econômico a partir de melhorias na infraestrutura urbana e incentivos fiscais para atrair empresas e indústrias. No entanto, o que se percebe, ao caminhar pela cidade, são profundas desigualdades e fragmentação do seu espaço decorrente da lógica global capitalista que redefine espaços na cidade (CORRÊA, 2005).

Mapa 1 - Mapa de localização - Aparecida de Goiânia-GO





No que se refere aos parques, a ocupação desordenada do solo urbano aparecidense, inclusive em Áreas de Proteção Permanente (APP), loteadas e vendidas em muitos casos a particulares (SOUZA, 2014), vem fomentando um processo de reapropriação das poucas áreas verdes ainda existentes no município. Essas áreas, configuradas como bem público, inseridas na lógica de mercantilização do solo urbano, são refuncionalizadas por políticas públicas para viabilizar investimentos em áreas particulares por meio da criação de parques urbanos, em alguns casos, em parceria com agentes imobiliários que investem na região. Em Aparecida de Goiânia, tal situação ocorreu de modo mais intenso a partir dos anos de 2010, com a implantação de novos parques localizados próximos a empreendimentos imobiliários destinados à população de maior poder econômico.

Assim, embora tais parques sejam bens públicos, o presente estudo tem como objetivos compreender quem de fato tem acesso a esses parques, a conjuntura em que foram implantados e a localização dos parques urbanos no município, destacando o modo como se dá a relação entre o poder público e o setor privado, representado pelos agentes imobiliários, a partir de parcerias público-privadas (PPPs) que influenciam na produção do espaço urbano, conforme analisado a seguir.

METODOLOGIA

Para compreender o processo de produção do espaço urbano a partir dos parques na lógica capitalista, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema abordado. O aporte teórico possibilitou entender o modelo de gestão empreendedora adotado pelo poder público municipal em parceria com agentes imobiliários em Aparecida de Goiânia. Com o intuito de identificar o número de parques urbanos implantados ou em fase de projeto/licitação, foi realizada consulta junto aos órgãos públicos, em especial na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Em seguida, na pesquisa documental, buscou-se identificar a legislação concernente à criação dos parques (quando há) no site da Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia e no Diário Oficial Eletrônico do município. Trabalhos de campo foram realizados nos parques que fazem parte desta pesquisa para observar e fotografar os equipamentos públicos e as transformações em suas proximidades. A elaboração de mapas com o uso de *softwares* de georreferenciamento e o geoprocessamento de imagens e *shapefiles* disponibilizados pela prefeitura de Aparecida de Goiânia possibilitaram um melhor entendimento das áreas de estudo e de como elas foram modificadas ao longo dos anos.



REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço, conforme denunciou Santos (2005), durante muito tempo foi pensado como palco das ações humanas ou localização dos fenômenos na superfície terrestre. Isso porque a Geografia, durante muito tempo, teria se interessado mais pela forma do que pela formação em suas análises. Contrapondo-se a esse entendimento, em sua teoria, o autor fornece elementos para se pensar o espaço em sua totalidade, a partir da relação espaço/tempo, pois a história se faz no espaço, sendo ele um produto social. O espaço, nesse sentido, é movimento (histórico), é produto e produtor das relações sociais. Assim,

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade (SANTOS, 2005, p. 33).

Na sociedade contemporânea, essencialmente urbana (CARLOS, 2018), a produção do espaço social se constitui sob os imperativos do capitalismo moderno que impõe novos padrões de consumo. Nessa lógica, conforme Carlos (2018), o uso do espaço passou a ser definido por seu valor de troca, o que o submeteu a um processo de funcionalização, assim como as relações sociais foram submetidas ao mundo da mercadoria.

Nesse contexto, o poder público, aliado aos setores econômicos e seus representantes, vem atuando de forma fundamental para a organização do espaço de modo a favorecer a reprodução do capital. Para este estudo, destaca-se o protagonismo do município na condução da política urbana a partir do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Aos municípios, conforme Caldas (2018), coube papel central no campo da política urbana a partir de seu principal instrumento, o Plano Diretor.

O modelo adotado resultou em um modelo de “empreendedorismo urbano” pensado para a promoção de uma ação pública voltada para a produção de espaços articulados à lógica capitalista (RIBEIRO, 2020). A desarticulação dos sistemas de proteção públicos das últimas décadas, por meio de uma agenda neoliberal com restrições dos recursos repassados no âmbito federal, de acordo com Ribeiro (2020), vem pressionando os municípios a buscarem fontes de financiamento junto a setores privados.



Essa lógica reforça a adoção de estratégias pelo poder público na esfera municipal para atrair investimentos privados, sendo a cidade uma fonte de lucro, submetendo o espaço à condição imposta pelo mercado. Corroborando o exposto, Carlos (2008, p. 51) entende que nesse “contexto, a terra e o solo urbano mudam de sentido: passa dos usos improdutivos – destinados à plena realização da reprodução econômica – e do consumo no espaço para o consumo do espaço (realização do valor de troca)”.

Isso resultou em uma concepção de planejamento público orientada à produção de espaços articulados à reprodução do capital. Em Aparecida de Goiânia, município conurbado com a capital Goiânia, segundo maior em termos populacionais do estado de Goiás, esse processo se intensificou no início dos anos 2010, sendo os parques um exemplo de política empreendedora implementada no espaço.

Esse modelo que vem sendo adotado pela gestão pública, orientado pela ideia pró-crescimento e pró-mercado, conforme definiu Ribeiro (2020), tem transferido muitas responsabilidades do poder público para a iniciativa privada por meio de parcerias como as público-privadas (PPP's).

No entanto, há que se destacar que a ideia de privado, embora possa haver certa ambiguidade, conforme Vainer (2013), aqui se refere ao capital e aos interesses privados dos capitalistas. Nesse sentido, ao analisar como o espaço é organizado pelo capital por meio dos parques urbanos, o que se percebe é que as PPP's têm orientado a atuação dos agentes imobiliários a desenvolverem determinadas áreas da cidade visando o lucro, ao agregar valor aos seus empreendimentos.

É assim que a ação municipal intervém de forma significativa no processo de produção da cidade e fragmenta seu espaço com base na ação especulativa do setor imobiliário, que tem orientado os investimentos públicos para determinados lugares da cidade, atendendo apenas uma minoria com um poder econômico mais elevado, em detrimento da maioria que não tem acesso aos serviços essenciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os parques, conforme já destacado, para além de sua função social, vêm atendendo aos interesses capitalistas de valorização imobiliária contribuindo, assim, para a criação de espaços de segregação, fragmentando ainda mais o espaço urbano. Nessa lógica, inserido em determinados lugares da cidade, os parques atendem apenas uma pequena parcela da população que por eles pode pagar.



Ao se pensar o urbano, a mercantilização dos espaços acaba por fragmentar a cidade e gerar uma segregação sócio-espacial por meio do acesso diferenciado a certos lugares, acessíveis a uma parcela da população que possui melhores condições de vida. Para entender esse processo que ocorre a nível global, uma vez que não se pode abarcar todo esse fenômeno, é possível estudar uma realidade sem perder essa ideia do todo, ou seja, é possível estudar como o espaço é transformado em mercadoria a partir do espaço urbano de um município, como Aparecida de Goiânia, em Goiás.

Segundo informações disponibilizadas pela prefeitura, o município de Aparecida de Goiânia possui seis parques implantados em sua área urbana: Parque Ecológico Municipal Tamanduá (2004), Parque Municipal da Criança Murilo Soares Rodrigues (2008), Parque Colina Azul (Bosque São José, 2009), Parque da Família (2010), Parque Municipal Elmar Arantes Cabral (2014), Parque Lafaiete Campos Filho (2016); e quatro em fase de projeto/licitação: Parque Municipal Ecológico Paraíso, Parque Bambu, Parque Maria e Parque Alcina Gomes de Abreu (Quadro 1).

Quadro 1 - Aparecida de Goiânia: Parques Públicos				
Nome	Bairro	Área (m²)	Lei/Decreto de criação/Ano	Situação
Parque Ecológico Municipal Tamanduá	Garavelo Residencial Park	243.078,67 mil m²	2.435/2004	Implantado
Parque Municipal Ecológico Paraíso	Alto Paraíso	174.810,90 m ²	2.731/2008	Em fase de projeto/licitação
Parque Municipal da Criança Murilo Soares Rodrigues	Mansões Paraíso	120.711,77	2.731/2008	Implantado
Parque Colina Azul (Bosque São José)	Colina Azul	50.858,93	2009	Implantado
Parque Municipal Elmar Arantes Cabral	Residencial Recanto do Cerrado	21.922,10 m²	3.114/2013	Implantado
Parque da Família	Serra Dourada III e Village Garavelo I	21.092 m²	3.373/2014	Implantado



Parque Lafaiete Campos Filho	Village Garavelo I (Continuação)	54.003 m²	2016	Implantado
Parque Bambu	Tiradentes	124.680 m ²	--	Em fase de projeto/licitação
Parque Maria	Vila Maria	30.930 m ²	--	Em fase de projeto/licitação
Parque Alcina Gomes de Abreu	Vila Sul	9.249 m ²	--	Em fase de projeto/licitação

Fonte: SEMMA, Câmara Municipal de Aparecida de Goiânia e Diário Oficial Eletrônico, 2021.

A implantação dos parques na cidade modifica o espaço onde estão localizados e favorece a reprodução do capital por meio da produção desigual do espaço urbano. Os parques em Aparecida de Goiânia, assim como em outras cidades, a exemplo da capital Goiânia (STREGLIO, 2012), modificam o valor da terra ao seu redor.

O que se percebe, contudo, é que os que recebem maiores investimentos e tratamento paisagístico estão localizados em áreas que podem promover a reprodução do capital (mapa 2).

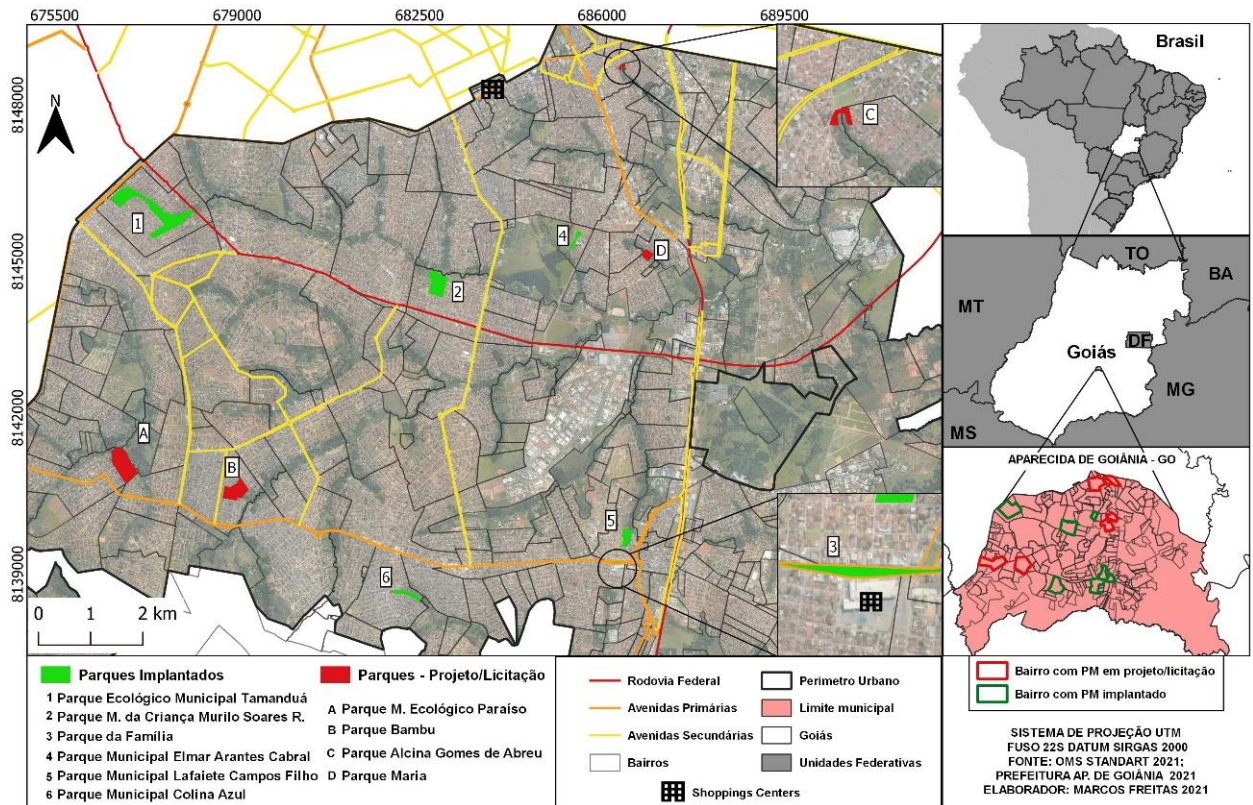
Portanto, é necessário entender os reais interesses na construção desses parques e como eles alteram o espaço urbano onde são instalados. Segundo Gomes (2013, p. 89),

Os parques, materializados pontualmente no espaço urbano, apresentam a característica de oferecer condições, aos proprietários, aos incorporadores, de auferirem uma renda diferencial, pois sua imagem, simulacro da natureza, rara e escassa, passa a ser vendida como parte dos projetos imobiliários. Da mesma forma, é apropriada pelo poder municipal para se projetar como empreendedor que procura atender às necessidades de todos, aumentando o índice de verde na área urbana, melhorando a qualidade de vida.

Em Aparecida de Goiânia, a construção de parques tem servido aos interesses do capital no espaço urbano, fato este que tem contribuído para a fragmentação territorial. Tais parques devem ser implantados como espaço de lazer e qualidade de vida para atender uma lógica diferente à da mercadoria. A implantação deve atender ao valor de uso para a população em geral e não apenas a quem por eles pode pagar, como vem ocorrendo em Aparecida de Goiânia nas últimas décadas.



Mapa 2: Localização dos parques municipais implantados e em fase de projeto ou licitação em Aparecida de Goiânia-GO



Ao serem instalados, os parques passam a fazer parte dos atributos dos loteamentos e são, por isso, englobados ao preço da terra onde são localizados (Fotos 1 e 2). Durante os trabalhos de campo, foi possível observar como os empreendimentos ressaltam os atributos paisagísticos, o contato com a natureza e a qualidade de vida proporcionados pelos parques próximos aos empreendimentos. Spósito (2008) compreende que nessa lógica de valorização, impulsionada por diversos agentes, há uma pressão sobre o poder público para a instalação da infraestrutura, o que leva à produção de bairros diferenciados, facilitando, desse modo, a venda de imóveis e gerando grandes lucros aos agentes imobiliários. Corroborando esse entendimento, Maricato (2001) compreende que no controle urbanístico há uma correlação entre a gestão pública e o mercado imobiliário, na qual esse mercado passa a controlar a maior parte dos investimentos públicos.



Foto 1 - Stand de vendas de condomínio vertical ressaltando a proximidade com o Parque Municipal Elmar Arantes Cabral



Foto 2 - Parque Municipal Elmar Arantes Cabral



Autora: SILVA, Juliana Gomes da, 2021.

Ao analisar o espaço urbano de Aparecida de Goiânia, essa lógica do capital, principalmente nas últimas décadas, nos permite perceber que entre as áreas de maior valorização imobiliária estão aquelas que concentram área verde, transformadas, em muitos casos, em parques.

Apesar dos benefícios que o parque proporciona para os cidadãos, devemos compreender que sua existência se torna um importante atributo de valorização do lugar, o que atrai o interesse das imobiliárias. Sobre essa questão, conforme Gomes (2013, p. 19), a “criação de parques, enquanto ‘espaços verdes’, configura-se como estratégia que busca favorecer a reprodução ampliada do capital e justificar um padrão de vida, tido como ideal. Assim, o que está em destaque é o ‘econômico’, ocultado pela ideia de preservação da



natureza”.

O espaço urbano, portanto, não é organizado ao acaso, mas em função de articulações que vão para além dos interesses sociais. Por isso, é necessário refletir criticamente sobre o modo como a cidade é produzida, entendendo que o direito à cidade, o direito ao uso, deve prevalecer sobre o valor de troca, propondo soluções para uma cidade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos estudos que abordam a temática urbana no município de Aparecida de Goiânia nos últimos anos têm possibilitado compreender as especificidades e transformações na quase centenária cidade. Na contagem regressiva para o seu centenário, a cidade tem apresentado nos últimos anos elevados índices de desenvolvimento econômico e social, acompanhados de profunda desigualdade. Essa desigualdade pode ser percebida na forma como seu espaço é planejado.

A implantação dos parques urbanos nas últimas décadas, em Aparecida de Goiânia, conforme se verificou, produz espaços diferenciados na cidade e os fragmenta. Mesmo que em muitos casos sejam destituídos do “natural” no espaço urbano, as características positivas dos parques públicos são destacadas nos discursos oficiais como necessárias para a melhoria da qualidade de vida da população e importantes na preservação do meio ambiente.

O que se verifica, contudo, é que sua implantação favorece diferentes formas de apropriação privada de bens coletivos, já que os que recebem maiores investimentos e tratamento paisagístico estão localizados em áreas que podem promover a reprodução do capital. Em Aparecida de Goiânia, seguindo uma tendência capitalista mundial, os parques se tornam álibis para justificar intensas transformações na cidade. O lançamento de empreendimentos de maior valor comercial, vinculados à imagem do verde, melhoria da qualidade de vida e preservação ambiental, tem ganhado destaque nas últimas décadas.

Nesse processo, destaca-se a ideia de empreendedorismo urbano apoiado na parceria do poder público com agentes privados que atuam na cidade. Essas parcerias estão inseridas num contexto de reajuste da política neoliberal que, conforme Ribeiro (2020), trouxe profundas mudanças na forma como o planejamento urbano é concebido no Brasil desde a década de 1990. Isso resultou em uma concepção de planejamento público orientado pelas expectativas geradas no e pelo mercado.



Portanto, é necessário entender os reais interesses na construção desses parques e como eles alteram o espaço urbano onde são instalados, de modo a propor soluções para um planejamento que atenda aos reais interesses da população de forma justa, igualitária e democrática, garantindo o bem-estar de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 02 jul. 2021.

CALDAS, Maria Fernandes. Política Urbana vigente: Avanços e desafios. In: **A utopia da reforma urbana: ação governamental e política pública no Brasil**. Belo Horizonte: C/Arte, 2018.

CARLOS, Ana Fani. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: 2008, p. 49-60.

CARLOS, Ana Fani. **A condição espacial**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora ática, 2005.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco editorial, 2013. SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 21-41, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 2. ed. Petrópolis, vizes, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). Inflexão ultraliberal e a financeirização da ordem urbana brasileira: explorando algumas hipóteses. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2020. p. 371-418. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/wp-content/uploads/2020/08/As-metrololes-e-o-capitalismo-financeirizado.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 21-41.

SOUZA, Maria Ester de. **Apropriação de áreas públicas de Aparecida de Goiânia: uso, abandono e gestão na cidade atual**. 2014. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3998>. Acesso em: 03 fev. 2021.



SPÓSITO, Eliseu S. Cidades. In: SPÓSITO, Eliseu S. **Redes e Cidades**. São Paulo: Unesp, 2008, p. 12-46.

STREGLIO, Carolina Ferreira da Costa. **Parques Urbanos de Goiânia-GO**: dinâmica espacial e potencial turístico. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1275/o/CAROLINA_FERREIRA_DA_COSTA_STREGLIO.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 2. p. 75-103.